

Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS GESTORA DE RECURSOS S.A.**, denominada “Companhia”, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de janeiro de 2015, domiciliada no Brasil, com sede no Estado e Cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala I, e tem como objeto social a administração e gestão de fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários, constituídos no Brasil ou no exterior, podendo participar em outras sociedades. A Companhia tem como acionistas a Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (SAMI), que detém 90% de participação, e a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 10% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas formado pela Sul América S.A. e suas controladas, que é tratado nestas demonstrações financeiras pelo termo “SulAmérica”. A Sul América S.A. (SASA) tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A.

A SASA é uma companhia de capital aberto e publicou em 24/02/2022 no jornal Valor Econômico, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas resumidas e no site deste mesmo jornal suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas relativas ao exercício findo em 31/12/2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1 Análise de impactos trazidos pela COVID-19

Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para Companhia a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros.

Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente.

Destacamos que durante o exercício de 2021, a Companhia permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores.

A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados.

Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Companhia em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente.

Com relação às operações da Companhia, observamos um aumento nas receitas oriundas da taxa de performance no período, acompanhando o desempenho dos fundos. Por outro lado, no contexto da pandemia e seus efeitos na economia, verificamos um menor nível no volume de ativos sob gestão e administração da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/03/2022.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e não circulantes

Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir:

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados, inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

3.4. Benefícios a empregados

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.5. Incentivo em ações

A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos.

O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas", com um correspondente lançamento na rubrica "Outras obrigações". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 11.2).

3.6. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com o CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

A principal estimativa relacionada à demonstração financeira refere-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se na nota explicativa de títulos e valores mobiliários (nota 6).

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

3.8.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (Alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia é feito de forma corporativa e tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoRi), de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da SulAmérica tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada umas das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoRi.

Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Testes de Estresse (Stress Test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

A composição da carteira da Companhia é baseada em cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em fundos classificados como renda fixa.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos identificados são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial, baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdêssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, que previna e detecte violações de leis e regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

5. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa totaliza R\$55 no exercício findo em 31/12/2021 (R\$54 em 2020), e é composto basicamente pela movimentação bancária da companhia.

6. Aplicações financeiras

6.1. Composição das aplicações financeiras

Em 31/12/2021 e 2020, os saldos das aplicações financeiras avaliados pela curva e a valor de mercado estão representados pelas cotas de fundos de investimentos não exclusivos de acordo com as tabelas abaixo.

Descrição	2021		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	29.100	29.100	29.100
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	29.100	29.100	29.100
Subtotal	29.100	29.100	29.100
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			29.100
Circulante			29.100

Descrição	2020		
	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Total
Cotas de fundos de investimentos	22.189	22.189	22.189
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	22.189	22.189	22.189
Subtotal	22.189	22.189	22.189
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total			22.189
Circulante			22.189

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos renda fixa e multimercado.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 01/01/2020	48.827	48.827
Aplicações	67.555	67.555
Rendimentos resgate	(1.718)	(1.718)
Principal resgate	(93.347)	(93.347)
Resultado financeiro	872	872
Saldo em 31/12/2020	22.189	22.189

	Valor justo por meio do resultado	Total
Saldo em 31/12/2020	22.189	22.189
Aplicações	57.688	57.688
Rendimentos resgate	(374)	(374)
Principal resgate	(51.468)	(51.468)
Resultado financeiro	1.065	1.065
Saldo em 31/12/2021	29.100	29.100

6.3. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) **Nível 1:**

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) **Nível 2:**

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) **Nível 3:**

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis. Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos:

Calculadas de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição	2021	2020
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado	29.100	22.189
Total	29.100	22.189

7. Títulos e créditos a receber

Em 31/12/2021 e 2020, os títulos e créditos da Companhia estavam representados por:

Descrição	2021	2020
Taxa de administração - fundos	3.818	3.820
Taxa de performance - fundos	2.844	1.010
Carteira administrada	662	703
Outros	219	59
Total	7.543	5.592

8. Obrigações a pagar

Em 31/12/2021 e 2020, as obrigações a pagar da Companhia estavam representadas por:

Descrição	2021	2020
Administradores e funcionários	10.778	5.709
Dividendos a pagar	3.378	-
Outros	79	96
Total	14.235	5.805
Circulante	14.230	5.801
Não circulante	5	4

9. Impostos e contribuições

Em 31/12/2021 e 2020, os impostos e contribuições da Companhia estavam representados por:

Descrição	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.225	1.164
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	443	421
Contribuições PIS e COFINS	264	204
Outros	153	115
Total	2.085	1.904
Circulante	2.085	1.904

10. Outras contas a pagar

Descrição	2021	2020
Compromissos mobiliários a pagar	2.497	2.524
Outros	1.138	1.035
Total	3.635	3.559
Circulante	2.981	2.855
Não circulante	654	704

10.1. Contingências

Em 31/12/2021, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$299 (R\$291 em 2020). Este montante que não está provisionado é composto pela não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa.

11. Partes relacionadas

11.1. Transações

As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2021	2020	2021	2020
Sul América S.A. (a) (e)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	-	21	2.497	2.524
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	4	4	-	-
Saepar Serviços Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	1	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (d) (f) (g) (i)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	411	462	1.249	853
Sul América Investimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (i)	Controladora	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	3.040	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	338	160	8	7
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (a) (d)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	5	4	2	6
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	128	125	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	79	235
Sul América Holding S.A. (a)	Ligada	Sul América S.A.	-	12	-	-
Total			886	789	6.875	3.625

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2021	2020	2021	2020
Sul América S.A. (a)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	29	265	-	-
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (a)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	45	139	-	-
Saepar Serviços Participações S.A. (a)	Controladora indireta	Sul América S.A.	7	35	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (g)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	5.458	5.127	(12)	(4)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.450	1.074	(84)	(43)
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (a)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	53	617	-	-
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.433	1.365	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(948)	(430)
Sul América Holding S.A. (a)	Ligada	Sul América S.A.	-	415	-	-
Sul América Seguros Automóveis e Massificados S.A (a)	Outros	Outros	-	474	-	-
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (h)	Outros	Outros	76	12	-	-
Total			8.551	9.523	(1.044)	(477)

- (a) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
- (b) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (c) Valor referente ao plano de previdência complementar e seguro de vida grupal oferecido pela SulAmérica a todos os colaboradores;
- (d) Transações em conta corrente entre companhias do Grupo, referente basicamente, as operações com seguro e reembolso de despesas administrativas;
- (e) Valor referente ao reembolso das controladas com planos de incentivos em ações (stock options) de emissão da SASA oferecidos aos administradores das empresas da SulAmérica;
- (f) Valor referente ao rateio de aluguel da sede Pinheiros entre companhias da SulAmérica;
- (g) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
- (h) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela Companhia, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista; e
- (i) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios;

Em 31/12/2021 e 2020, a Companhia pagou dividendos conforme a tabela abaixo:

	Dividendos pagos	
	2021	2020
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - SAMI	13.408	45.611
Sul América Companhia de Seguro Saúde - CIA.SAÚDE	1.490	5.068
Total	14.898	50.679

11.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações (a)	Total
Contas a pagar				
2021	3.616	-	2.497	6.113
2020	1.795	-	2.524	4.319
Despesas				
2021	(7.099)	80	(631)	(7.650)
2020	(3.439)	(135)	(670)	(4.244)

- (a) Despesa a reembolsar a SASA pelo incentivo de ações a seus executivos (vide nota 3.5).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31/12/2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$2.050, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/03/2018, dividido em 1.707.996 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas.

12.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 31/12/2021, é de R\$14.742 (R\$13.908 em 2020), sendo referente aos dividendos adicionais e a constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que esta alcance 20% do capital social.

12.3. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

Em 27/08/2020, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$16.983 com base no lucro apurado em 31/07/2020, à razão de R\$9,94 (em reais) por ação, pagos aos acionistas em 31/08/2020.

Em 29/03/2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício social findo em 31/12/2020, no valor de R\$7.620, e a distribuição de dividendos complementares, no montante de R\$22.861, totalizando o montante de R\$30.481, aos quais foi imputado o dividendo intercalar declarado em 27/08/2020 pela Diretoria, restando um saldo de R\$13.498, que foi pago aos acionistas à razão de R\$7,90 (em reais) por ação em 30/03/2021.

Em 25/10/2021, foi aprovada em reunião da Diretoria da Companhia realizada naquela data, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$1.400 com base no lucro apurado em 30/09/2021, à razão de R\$0,82 (em reais) por ação, pagos aos acionistas a partir da referida data.

12.4. Dividendos adicionais

Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social, e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte.

12.5. Distribuição do resultado

Em 31/12/2021 e 2020, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2021	2020
Lucro antes dos impostos e participações	33.704	40.313
(-) Impostos e contribuições	(6.638)	(6.496)
(-) Participações	(7.956)	(3.336)
Lucro líquido do período	19.110	30.481
Lucro líquido após compensações	19.110	30.481
(-) Constituição da reserva legal (5%)	-	-
Lucro líquido ajustado	19.110	30.481
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	4.778	7.620
(-) Dividendos intercalares pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	1.400	7.620
Saldo dos dividendos obrigatórios	3.378	-
Dividendos intercalares pagos	-	9.363
Dividendos adicionais propostos	14.332	13.498
Saldo dos dividendos propostas	17.710	22.861

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

13. Receitas operacionais

Em 31/12/2021 e 2020, as receitas operacionais da Companhia são as seguintes:

Descrição	2021	2020
Receitas operacionais		
Administração de fundos de investimento	39.957	45.094
Carteira administrada	8.618	10.100
Taxas de performance	8.367	1.636
Impostos incidentes sobre a receita		
ISS	(1.174)	(1.150)
Total	55.768	55.680

14. Despesas administrativas

Em 31/12/2021 e 2020, as despesas administrativas da Companhia são as seguintes:

Descrição	2021	2020
Pessoal próprio	(19.791)	(12.567)
Incentivos em ação	(631)	(670)
Serviço de terceiros	(393)	(466)
Localização e funcionamento	(60)	(39)
Publicações	(55)	(50)
Outras	(446)	(511)
Total	(21.376)	(14.303)

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura os tributos de imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. Os cálculos dos tributos utilizando alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição social estão demonstrados a seguir:

Descrição	2021		2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	56.942	56.942	56.830	56.830
Resultado da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	18.221	18.221	18.186	18.186
Rendimentos e ganhos líquidos de aplicações de renda fixa e renda variável	1.069	1.069	985	985
Demais receitas e ganhos de capital	303	303	8	8
Base de cálculo da aplicação dos percentuais sobre a receita bruta ajustado	19.593	19.593	19.179	19.179
Imposto de Renda e Contribuição Social apurado	(4.875)	(1.763)	(4.770)	(1.726)

16. Evento subsequente

Em 23/02/2022, a controladora indireta Sul América S.A. (SASA) e a Rede D'Or São Luiz S.A. ("Rede D'Or") informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, a combinação de negócios entre as companhias que será realizada por meio da incorporação da SASA pela Rede D'Or, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 565/15, resultando (i) na extinção da SASA, que será sucedida pela Rede D'Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D'Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA de que sejam titulares na data de consumação da Incorporação, as quais serão extintas ("Acionistas SASA").

Uma vez implementada a Operação, portanto, os Acionistas SASA migrarão para a base acionária da Rede D'Or, que permanecerá uma companhia aberta listada no Novo Mercado. A Rede D'Or, por sua vez, assumirá o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as Companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odonto, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação será oportunamente submetida às aprovações das Assembleias Gerais das duas Companhias e aos órgãos reguladores competentes, em especial Conselho Administrativo de Defesa Econômica- CADE, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e Banco Central do Brasil – BCB.